

DESENVOLVIMENTO E EXCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DE INDICADORES SOCIAIS EM PELOTAS/RS

SÉRGIO DE SOUZA SILVEIRA¹; WILLIAM HÉCTOR GOMÉZ SOTO²

¹Universidade Federal de Pelotas – sergiodesouzasilveira@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – william.hector@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se ao eixo temático da sociologia do desenvolvimento, mais especificamente, pretendendo-se analisar os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 e de 2012, bem como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – relativos ao Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Este recorte temporal deve-se ao propósito de buscar discutir dados de um período recente, o que se entende por compreender os últimos quatro anos, além de possibilitar a comparação entre as duas últimas edições do IDS do IBGE.

Neste trabalho apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: como se caracteriza o desenvolvimento e a desigualdade social em Pelotas/RS através de indicadores? Analisam-se indicadores sociais de fontes secundárias delimitando-se aos indicadores relativos ao desenvolvimento social no âmbito local. Entretanto, analisar números secundários requer cautela, visto que não necessariamente refletem a exata realidade social. Logo, é preciso usar-se de uma interpretação criteriosa e crítica dos dados, o que pode contribuir fundamentalmente para a pesquisa. O objetivo geral é caracterizar o desenvolvimento e a desigualdade social em Pelotas/RS através de indicadores sociais do IBGE e do PNUD. São objetivos específicos: analisar a desigualdade social por meio de indicadores sociais, analisar a exclusão social através de dados secundários e analisar o desenvolvimento por meio de indicadores sociais.

É importante debater a noção de desenvolvimento, cujas visões, possuem três concepções referidas por VEIGA (2007, p. 92). A primeira delas é a que enfoca o crescimento econômico, o qual é medido através do Produto Interno Bruto (PIB), há pelo menos meio século. A diferenciação entre desenvolvimento e crescimento também foi levantada na mesma época, principalmente após cerca de duas décadas da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para sua mensuração, porém não se despreza a cientificidade da concepção mais ortodoxa ligada à riqueza (VEIGA, 2007, p. 92). Em um segundo posicionamento, o “pós-desenvolvimento”, há cinco dimensões fundamentais: valorizar novamente sociedades não desenvolvidas, desvalorizar o progresso, criticar as forças principais do desenvolvimento econômico (como a economia, os meios de comunicação e as organizações internacionais, entre outras), criticar as práticas para o crescimento econômico e elogiar a resistência dos desfavorecidos. “Também aqui é inútil tentar dizer que não há base científica para este tipo de desconstrução do binômio desenvolvimento/crescimento” (VEIGA, 2007, p. 93). Ainda, há o terceiro entendimento a ser destacado, cujo principal defensor é SEN (1999, p. 19-20). Segundo ele, o desenvolvimento trata-se de um fenômeno em perspectiva histórica que reflete a liberdade de escolhas das pessoas. Esta se

revela um fim, mas também um meio para obtenção do desenvolvimento, no qual não se pode deixar de lado o papel do crescimento econômico, entretanto sem necessariamente haver sincronia deste com relação àquele (VEIGA, 2007, p. 94).

SEN (1999, p. 19-20) relaciona a liberdade política à qualidade de vida, o que deve ser considerado para compor tal conceito. Há possibilidade de melhora na condição de vida das pessoas mesmo sem amplo crescimento econômico (SEN, 1999, p. 63). Como inter-relações, a liberdade pode contribuir para promover a segurança econômica, enquanto as oportunidades sociais, na forma de serviços de saúde e educação, facilitam a participação econômica e estas possibilidades colaboram para a geração de abundância coletiva e individual (SEN, 1999, p. 25-26). SEN (1999, p. 71) ainda afirma que se deve analisar a superação da privação das capacidades, o enfrentamento das contradições, das opulências, dos ranços, das negações de liberdades substantivas e elementares presentes no modelo econômico dominante. Por exemplo, um produto interno bruto baixo pode não traduzir avanço em educação e saúde.

Mister se faz, nesta oportunidade, tratar dos fins e dos meios do desenvolvimento, na concepção de SEN (1999, p. 19-20), representando a expansão das liberdades. Há um papel instrumental e outro constitutivo. Este remete a liberdades substantivas enquanto capacidade de superar problemas como a fome, a subnutrição e o analfabetismo (SEN, 1999, p. 52). No que diz respeito ao papel instrumental da liberdade, argumenta-se que é relevante como variados direitos e oportunidades promovem o aumento das liberdades substantivas, de modo que os dois papéis estão interligados (SEN, 1999, p. 53-54). Para SEN (1999, p. 54), o desenvolvimento deve ser encarado com a possibilidade efetiva do indivíduo ter suas liberdades. Isto deve se dar não meramente no aspecto formal, em especial no que diz respeito às garantias de direitos, entretanto, principalmente, no que diz respeito ao âmbito material e substantivo, ocorrendo eficácia social dessas liberdades.

Já VEIGA (2007, p. 128-129), acerca do desenvolvimento, utiliza o termo socioambiental e que desde o fim do século XX passou-se a utilizar o termo “sustentável”, com a ideia de diferenciar a concepção mais atual daquela que considerava apenas o crescimento econômico. Pela Organização das Nações Unidas, agregou-se o termo “humano” para desvinculação do crescimento econômico. Aproximadamente na mesma época surgiram as concepções de “desenvolvimento humano”, “pós-desenvolvimento” e “desenvolvimento sustentável”. Por uma necessidade objetiva, ganhou espaço a palavra “socioambiental”, cujo entendimento não poderá negar a relação dialética entre cultura e natureza (VEIGA, 2007, p. 128-129).

Portanto, não é adequado falar em desenvolvimento abrangendo apenas a seara econômica. O conceito de desenvolvimento deve ser mais amplo, e considerar os fatores sociais, como educação e saúde, mas também os aspectos da qualidade do meio em que vive a sociedade. Note-se aí que, nesta concepção, há uma utilização acima do que deveria dos recursos, sobretudo os naturais, para produção de bens e serviços, em virtude da necessidade que produtores possuem de progredir economicamente. Entretanto, quando ocorre um avanço desmedido podem ser gerados prejuízos a outros grupos sociais. Ocorre uma (intencional vaga ideia de) exclusão social ou precária inclusão pelas políticas econômicas atuais, como propõe MARTINS (1997, p. 20-21), sendo a primeira ideia intencionalmente vaga. Desse modo, os indivíduos seriam inseridos, a qualquer preço, nos processos econômicos de produção e de reprodução do capital, bem como no ordenamento político com o intuito de manutenção deste ciclo sistêmico, em que o ser humano passaria a não mais consistir no

destinatário do desenvolvimento, cedendo espaço a outros elementos como o capital. Criar-se-ia, então, a necessidade de discussão de dois mundos diferentes, um dos incluídos e outro dos excluídos, mas, na verdade, ambos tratar-se-iam do.

De acordo com MARTINS (2002, p. 46), a noção de exclusão social tem por trás o pressuposto de uma sociedade cujo ciclo já foi concluído, ou seja, pronta e acabada, em que nem todas as pessoas podem integrá-la, havendo “excluídos”. Contudo, a sociedade trata-se de contínua estruturação e desestruturação, com processos sociais que promovem uma “exclusão” que não é definitiva. A sociedade não pode ser considerada como pronta, ou seja, está em constante dinâmica, em que existem processos sociais excludentes, porém não uma exclusão terminante. Em um sistema social em que acumular capital é o cerne e as restrições socioculturais “expelem” alguns indivíduos, simultaneamente existe inclusão, “(...) ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas” (MARTINS, 2002, p. 46). Trata-se do falso problema da exclusão social, que, na verdade, deve ser percebido como uma inclusão precária (MARTINS, 2002, p. 46). Um equívoco sociológico ao visualizar o que seria a exclusão refere-se ao risco de estudar a questão a partir de uma perspectiva apenas da consequência e não da causa do fenômeno social.

2. METODOLOGIA

A metodologia proposta consiste na análise de indicadores sociais pertinentes à localidade de Pelotas, em amostra não representativa. No que diz respeito aos indicadores, é importante esclarecer que se tratam de cálculos não necessariamente fáceis de expressar, com o intuito de escrever o que realmente os atores sociais pensam e constroem (SCHRADER, 2002, p. 68).

Pretende-se, pois, analisar índices e indicadores relativos ao desenvolvimento social no que diz respeito ao município de Pelotas, mediante dados secundários obtidos a partir dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 e de 2012, além do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, delimitando-se aos indicadores relativos ao desenvolvimento social no âmbito local.

Merece destaque o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pela Organização das Nações Unidas a partir da década de 1990, considerando renda, educação e longevidade. A sustentabilidade passou a ser inserida no conceito de desenvolvimento humano em 1992, por meio do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O referido índice está sendo empregado com frequência para tratar de questões relativas ao desenvolvimento social (SANTAGADA, 2007, p. 124).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Pelotas encontra-se na mesorregião Sudeste Rio-grandense, com uma população de mais de 325 mil habitantes em uma área de quase 1500 km². A cidade apresenta um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,739 (PNUD, 2013), acompanhando a tendência da Região Sul do Brasil que possui bom desempenho entre as cinco regiões brasileiras nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável de 2012 (IBGE, 2012). Contudo, é preciso analisar os indicadores em questão para caracterizar o desenvolvimento e a desigualdade social na cidade em foco.

Quanto aos indicadores sociais, VEIGA (2005, p. 88) aponta que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela média de dados relativos especificamente à renda, à escolaridade e à longevidade, pode distorcer os números finais, caso um dos três elementos seja muito maior que outro, por exemplo. Entretanto, ainda é discutida a alternativa mais adequada para mensuração do desenvolvimento sustentável e não há um dado que seja sustentado por um mínimo consensual (VEIGA, 2005, p. 174 e 182).

Diante disto, observa-se que a sobreposição dos valores econômicos em relação aos ganhos sociais em saúde e educação pode levar a uma exploração social. Como consequência disto, surgem a inclusão precária e a desigualdade na sociedade, as quais, uma vez instauradas, não contemplam desenvolvimento em um sentido pleno, por maior que seja a riqueza econômica per capita, por exemplo, se houver desequilibrada distribuição de renda. Relembrando a concepção de desenvolvimento como liberdade, uma das principais causas de diminuição da liberdade é a riqueza desenfreada (OLIVEIRA, 2007, p. 213).

4. CONCLUSÕES

Por conseguinte, a concepção de desenvolvimento restará incompleta se não for elaborada com atenção especial para situação do local em questão e se não considere em sua essência a efetividade da justiça social. À concentração de dinheiro nas mãos de poucos, por si só, ou às custas de outros prejuízos sociais, não se pode pretender progresso e denominar este de desenvolvimento.

Neste sentido, o modo mais eficaz de concretizar estes ideais parece ser a incorporação da referência às peculiaridades de cada localidade para, com o somatório coletivo os resultados possam ocorrer. Objetivamente, evidencia-se que a inovação obtida com o trabalho é no sentido da necessidade de interpretar a mensuração do desenvolvimento considerando a desigualdade social para obtenção de uma caracterização mais adequada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável** – Brasil 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável** – Brasil 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo** – novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARTINS, J.S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Perfil do Município de Pelotas, RS. Acessado em 09 jun. 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>.
- OLIVEIRA, V.L. Liberdade e poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.5, n.9, jan-jun, p. 9-31, 2007.
- SANTAGADA, S. Indicadores Sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, n.1, jul/dez, p. 113-142, 2007.
- SCHRADER, A. **Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Senac, 2007.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.